

	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: j2z8ccr8 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 17/12/2025 Projeto de lei nº 2000/2025 Protocolo nº 13293/2025 Processo nº 4062/2025	
Autor: Dep. Gilberto Cattani		

Veda a adoção de cotas e outras ações afirmativas de natureza não econômica pelas Instituições de Ensino Superior Públicas ou privadas que recebam verbas públicas no âmbito do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42, da Constituição Estadual, e art. 168, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica vedada, no âmbito do Estado de Mato Grosso, a adoção de políticas de reserva de vagas, cotas, vagas suplementares ou quaisquer ações afirmativas similares destinadas ao ingresso de estudantes ou à contratação de docentes, técnicos ou demais profissionais por Instituições de Ensino Superior públicas ou privadas que recebam verbas públicas estaduais.

Parágrafo único. Não se incluem na vedação prevista no caput:

I – a reserva de vagas baseada em critérios exclusivamente econômicos;

II – a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PCDs);

III – a reserva de vagas para estudantes oriundos da rede pública estadual de ensino médio.

Art. 2º. O descumprimento do disposto nesta Lei, sem prejuízo da nulidade do certame, sujeitará o órgão ou entidade responsável às seguintes penalidades:

I – multa administrativa de 400 (quatrocentas) UPF/MT por edital publicado em desacordo com esta Lei;

II – suspensão dos repasses de verbas públicas estaduais à instituição infratora, enquanto perdurar a irregularidade.

Art. 3º. O descumprimento desta Lei sujeitará os agentes públicos responsáveis pela elaboração, aprovação ou publicação das normas do certame a procedimento administrativo disciplinar, por violação ao princípio da

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

legalidade, sem prejuízo das demais sanções civis, administrativas e penais cabíveis.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Atento ao disposto nos arts. 39 e 66 da Constituição do Estado de Mato Grosso, não há invasão das competências do Executivo Estadual.

Ainda, foram respeitadas as disposições do art. 25, sendo a presente propositura de competência legislativa comum dos Estados, segundo o art. 23, inciso II, V e X, e de competência legislativa concorrente dos Estados, segundo o art. 24, incisos IX, X, e XII e § 2º, todos da Constituição Federal.

A matéria também se harmoniza com os arts. 39 e 66 da Constituição Estadual, que orientam a atuação legislativa na promoção da eficiência, impessoalidade e moralidade no âmbito da Administração Pública, resguardando o acesso igualitário e técnico às instituições públicas e às carreiras nelas existentes.

O objetivo do presente projeto é assegurar que políticas de acesso ao ensino superior público estadual se fundamentem em critérios objetivos, mensuráveis e juridicamente compatíveis com o princípio constitucional da isonomia, de modo a evitar distinções subjetivas ou que não representem vulnerabilidade social comprovada. Assim, a proposição preserva ações afirmativas baseadas em fatores amplamente reconhecidos, tais como deficiência, pobreza e origem escolar pública, e veda modalidades que criem desigualdades artificiais ou politicamente orientadas.

Importante registrar que o projeto não impede a adoção de políticas sociais eficientes, mas exige que essas políticas estejam alinhadas com o princípio republicano e com o art. 37 da Constituição Federal, para o qual devem convergir todas as ações da Administração Pública.

A previsão de penalidades específicas, tanto institucionais quanto individuais, visa garantir a eficácia normativa da Lei e impedir que editais, regulamentos ou regimes internos contrariem o disposto nesta proposição, assegurando a preservação do interesse público e a observância aos princípios constitucionais.

A penalidade pecuniária prevista na proposição foi estabelecida em Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPF/MT), índice oficial utilizado pela administração pública estadual para a quantificação e atualização de multas e demais valores de natureza administrativa. A adoção da UPF/MT assegura estabilidade normativa, atualização automática e coerência com os parâmetros sancionatórios já consolidados no âmbito estadual.

Ressalte-se que proposição de teor substancialmente semelhante foi recentemente aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que deliberou pela vedação de cotas raciais e outras ações afirmativas identitárias em universidades públicas estaduais, mantendo apenas as reservas de vagas de natureza socioeconômica, para Pessoas com Deficiência e para egressos da rede pública. A iniciativa catarinense, de autoria do deputado Alex Brasil (PL), alcançou expressiva repercussão nacional, conforme amplamente noticiado pela imprensa, demonstrando a viabilidade jurídica e a aderência federativa da matéria. Entre as reportagens que registram a aprovação, citam-se: (<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ale-sc-aprova-fim-de-cotas-raciais-em-universidades-do->



estado/), e
(<https://revistaoeste.com/brasil/deputados-de-sc-aprovam-fim-de-cotas-raciais-em-universidades-estaduais/>).

Por fim, registra-se que o espírito desta proposição converge com a compreensão externada pelo Deputado Alex Brasil, ao afirmar:

“Nós não estamos aqui para dizer se é porque é a cor, se é porque é a opção sexual que a pessoa vai ter o direito de ser bancada pelo catarinense dentro de uma universidade. Nós estamos dizendo que, se ela tem a precariedade social e econômica, ela precisa ser atendida pelo Estado.”

Este deputado faz suas essas palavras, reafirmando que a função do Estado não é estabelecer distinções identitárias ou subjetivas entre cidadãos, mas assegurar que aqueles que enfrentam vulnerabilidade real, mensurável e comprovada encontrem, no poder público, instrumentos de inclusão baseados em critérios objetivos, justos e universalizáveis. É sob essa perspectiva, de responsabilidade social, racionalidade administrativa e respeito aos princípios constitucionais da impessoalidade e da isonomia, que se apresenta o presente Projeto de Lei.

Diante disso, pede-se o apoio dos Nobres Pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 15 de Dezembro de 2025

Gilberto Cattani
Deputado Estadual